

Dia histórico para ser estudado



» DANIEL A. DE AZEVEDO
Professor de geografia política do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB)

Quando falamos de democracia, há muitas reflexões, definições e perspectivas. Seja a partir de perspectivas ideológicas, seja de contextos históricos distintos, é difícil encontrar uma única definição para esse sistema político tão complexo. Uma de suas características fundamentais é não buscar abolir a instabilidade, a existência do diferente e da pluralidade. Não podemos prever o futuro, já que a ação humana, quando livre, é imprevisível. A democracia precisa permitir que essa liberdade produza consequências, inclusive quando elas contrariam as expectativas de quem parecia ter a vitória assegurada.

E assim foi nesse 25 de outubro de 2026. Contra as expectativas, o presidente Lula conseguiu um feito inédito nas disputas presidenciais brasileiras sob o atual sistema de dois turnos: virar uma eleição depois de perder no primeiro. Diante de uma oposição fortalecida, conseguiu fazer história. O que parecia encaminhado permaneceu aberto à ação dos eleitores. Essa possibilidade de mudar o rumo de uma disputa é parte fundamental da experiência democrática.

Muito teremos para discutir nos próximos dias, meses e, até mesmo, anos. Precisaremos estudar, entender e reavaliar nossas explicações. A surpresa de um resultado também revela os limites da nossa capacidade de antecipar a ação política. Apoios, estruturas partidárias e vantagens eleitorais importam, mas não encerram as

possibilidades de uma eleição. Entre a expectativa e o resultado, há pessoas que podem agir, convencer, mudar de opinião e decidir participar.

É nesse espaço que a mobilização nas ruas merece atenção. A literatura já investiga os efeitos de manifestações sobre a participação e os resultados eleitorais. O que precisaremos compreender é o papel das ruas nesta eleição: como a mobilização se relacionou com a disposição de votar, com o convencimento dos indecisos e com a percepção de que ainda era possível vencer. Alguns acreditavam até que, paradoxalmente, esse movimento poderia gerar o efeito contrário: uma reação dos apoiadores da oposição, que usariam imagens dos atos para tentar transformar protesto em baderna. Não parece que tenha sido isso o que ocorreu.

Essa possibilidade também faz parte da imprevisibilidade democrática. Quem ocupa as ruas não controla todos os efeitos de sua ação. Uma manifestação pode mobilizar apoiadores, provocar adversários e alcançar pessoas que estavam distantes da disputa. Seus resultados dependem de como outras pessoas respondem a ela. A liberdade de agir convive com a impossibilidade de determinar tudo o que virá depois.

As ruas foram ocupadas por uma esquerda que encontrou ali uma disposição renovada de disputar a eleição. Mesmo se Lula tivesse perdido, essa mobilização já teria sido um movimento marcante das eleições de 2026. O encontro com outras pessoas pode alterar a percepção de quem se sentia sozinho ou considerava a derrota inevitável. Ao tornar visível a disposição de continuar, a mobilização pode ajudar a reabrir uma disputa que parecia encerrada.

Em *O chamado da tribo*, o escritor Mario Vargas Llosa chama atenção para a atração exercida pelo pertencimento a uma coletividade, embora alerte para o risco de que ela absorva a liberdade

individual. Essa tensão também atravessa a democracia: precisamos construir vínculos e agir em conjunto, preservando a possibilidade de pensar diferente. Talvez tenha sido esse sentimento de comunidade que as manifestações e o “Exército do Lula” produziram. Quem até então acompanhava a disputa isoladamente podia encontrar nas ruas outras pessoas que compartilhavam suas angústias e sua disposição de agir. Esse encontro pode transformar o desânimo em participação: conversar com alguém, tentar convencer um indeciso, chamar quem pensava em não votar. Sentir-se parte de um movimento também pode significar perceber que a própria ação, somada à de outras pessoas, ainda tem capacidade de alterar o resultado.

É aí que o pertencimento se conecta à imprevisibilidade democrática. As expectativas sobre uma eleição podem mudar quando as pessoas decidem agir sobre elas. Uma derrota considerada inevitável pode estimular a resignação; o encontro com outros pode devolver a disposição de disputar. Não sabemos ainda em que medida isso contribuiu para a virada. Mas essa é uma das questões que as ruas nos deixam: como a experiência de agir em conjunto pode reabrir, para os próprios eleitores, um futuro que parecia decidido? Uma eleição também é disputada na capacidade de manter aberta a possibilidade de vitória.

A democracia é esse sistema político que precisa permitir esse tipo de emoção: o direito e a possibilidade de virar uma eleição que parecia decidida. Para isso, precisa de instituições e regras estáveis que preservem a liberdade de disputar resultados incertos. Quem vence hoje deve aceitar que essa mesma possibilidade continue disponível aos adversários amanhã. A imprevisibilidade que tornou possível esta virada faz parte da democracia que será necessário preservar depois dela.

A virada e o Congresso que a espera



» BRUNA ANDRADE IRINEU
Professora associada da UFMT, vinculada ao Departamento de Serviço Social e aos programas de pós-graduação em política social e em saúde coletiva

Lula chegou ao segundo turno atrás. Terminou o primeiro com 45,16% dos votos válidos, contra 47,03% de Flávio Bolsonaro, e as pesquisas não apontavam mais do que um empate técnico com o senador à frente. Na noite de domingo, a liderança trocou de mãos na apuração até que Lula passou à frente e ficou. Fechou com 51,76% contra 48,24%, cerca de 4,4 milhões de votos de diferença, e se tornou, aos 80 anos, o primeiro brasileiro eleito quatro vezes para a Presidência.

A vitória é histórica, mas o que ela revela é mais interessante do que o número. Em três semanas, o eleitorado se moveu mais do que os institutos conseguiram captar. Minha leitura é que o movimento tem duas fontes, e nenhuma cabe sozinha na biografia do presidente.

A primeira é a retomada das ruas e das redes pela esquerda. Durante quase uma década, a extrema direita tratou esses territórios como seus, e o segundo turno mostrou um campo disposto a disputá-los. Nas redes, porém, o terreno é inclinado, porque as plataformas recompensam o conteúdo que gera raiva e favorecem quem sabe operar no conflito permanente. Presença digital não é poder político. O que decidiu a votação foi o caminho da tela até a rua e da rua até a urna. A mobilização digital de André Janones reuniu quase 11 milhões de pessoas, e boa parte delas ocupou as ruas dos maiores colégios eleitorais.

A segunda fonte é menos confortável para a esquerda. Lula não venceu apenas com o seu campo. Venceu porque eleitores e lideranças que nunca votaram nele concluíram que havia algo mais urgente em jogo e passaram a somar com quem antes estava do outro lado. Essa aliança nasceu da rejeição ao bolsoneirismo, e não de um programa comum. Frente ampla serve para ganhar eleição. Para governar, cobra concessões.

E governar será mais difícil do que vencer. O Congresso eleito é mais à direita que o atual. O PL terá a maior bancada da Câmara, com 121 deputados, e a maior do Senado, com 28 dos 81 senadores. Os partidos de esquerda somam 124 deputados e 16 senadores, longe da maioria em qualquer das casas. Lula dependerá do Centrão para aprovar o orçamento, as reformas e as indicações que passam pelo Senado, entre elas as vagas do Supremo, que exigem 41 votos. O Centrão sabe o preço do que vende, e cobrará caro.

O resultado importa também fora do país. A América Latina e o Caribe vivem um período de avanço da extrema-direita, e o Brasil é o maior país da região. Uma virada desse tamanho mostra que o avanço não é irreversível e devolve a Brasília o papel de referência para governos e movimentos que se sentiam isolados. O peso é também econômico. O FMI projeta que o Brasil, hoje o décimo do ranking, chegue em 2027 à oitava posição, com PIB de US\$ 2,8 trilhões. Peso econômico não garante liderança política, que se faz com diplomacia, integração regional e resultado interno.

O espelho do Norte também importa. Em 3 de novembro, os americanos votam nas eleições de meio de mandato, e as pesquisas dão favoritismo aos democratas na Câmara, com o Senado mais incerto. Se Donald Trump perder o Congresso, o trumpismo, modelo do bolsoneirismo na linguagem e no método, chegará ao segundo biênio com a agenda travada. Isso tira da extrema-direita brasileira o argumento da inevitabilidade, mas não elege um deputado a menos aqui.

É nas políticas públicas que o risco se torna concreto. O orçamento passa pelo Congresso, e um Legislativo hostil pode esvaziar programas sem revogá-los, cortando verbas, retendo repasses ou condicionando recursos a barganhas. Saúde, assistência social, educação e direitos humanos, que dependem de financiamento contínuo, são as áreas mais expostas. Para as vidas LGBTQIAPN+, alvo preferencial do discurso de ódio nas redes, o resultado traz alívio, não garantia. Os direitos vieram em boa parte do Judiciário, e o Supremo passa pelo Senado.

Há ainda um dado que a celebração não deve apagar. No primeiro turno, mais de 33 milhões de pessoas não votaram, 21,08% do eleitorado, a maior taxa desde 1998. Quem fica de fora costuma ser quem paga mais caro para votar, porque mora longe da seção, trabalha no domingo ou não enxerga como uma disputa de cúpula alcança o preço do ônibus.

Um governo eleito por margem estreita, diante de um Congresso adverso e de um quinto do eleitorado ausente, não pode confundir vitória com adesão. A rua e as redes ganharam a eleição e precisam seguir dando sustentação política a Lula. O desafio será manter a confiança da ampla base eleitoral que o governo conquistou no segundo turno.



De 1988 a 2026: a longa redemocratização



» LUCAS MASSIMO
Professor da Uninter com bacharelado e licenciatura em ciências sociais, e pós-doutorado em ciência política pela USP

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, escolhido para governar o Brasil pela quarta vez, encerrou a eleição mais disputada desde 1989. A diferença de 3,5% de votos entre os candidatos revelou duas concepções de país dificilmente conciliáveis. Quase metade do eleitorado se reconheceu em valores, identidades, expectativas e imagens de futuro distantes do pluralismo inscrito na Constituição de 1988. Com a extrema-direita fortalecida no parlamento, Lula iniciará o quarto mandato numa arquitetura institucional muito distinta daquela que sustentou seus primeiros governos.

Desde 1988, a democracia brasileira atravessou sucessivas crises amparada por instituições que reagiram e se transformaram. O Congresso ampliou o domínio sobre o orçamento, o Supremo Tribunal Federal (STF) ocupou espaços abertos pela radicalização política, e os governos subnacionais aprofundaram a autonomia conquistada na redemocratização. Essa resiliência alterou o equilíbrio entre os Poderes. O quarto mandato oferece a Lula a oportunidade de revisar o pacto constitucional, fortalecer a trajetória

democrática e construir arranjos políticos compatíveis com um país no qual novas identidades se constituem no ciberespaço, pressionam os partidos, transformam a representação e interditam o debate público.

Essa tarefa começa no sistema partidário. O Brasil não retornará aos anos em que PT e PSDB organizavam dois campos, cercados por poucas legendas satélites. A diversidade do país continuará a produzir uma dinâmica multipartidária. O desafio está em formar um centro democrático capaz de conter a extrema-direita fortalecida nas eleições parlamentares.

A correlação de forças afasta qualquer fantasia de autossuficiência. A federação liderada pelo PT elegeu 88 deputados; o PL, 121. União-PP e Republicanos, com 128 cadeiras, apoiaram Flávio Bolsonaro no segundo turno; PSD e MDB também serão decisivos. A maioria de Lula reunirá adversários recentes e partidos distantes do PT. Emendas, ministérios e participação nas decisões servirão à composição. No terceiro mandato, Lula condenou a perda de planejamento causada pelo controle parlamentar do orçamento; no quarto, terá de negociar nesse terreno.

A negociação alcançará a própria composição do governo. Lula precisará entregar poder a aliados dos conservadores sem permitir que a coalizão fragmente as políticas públicas e a direção estatal. Profissionalismo e pragmatismo serão indispensáveis para compartilhar decisões, unificar prioridades e preservar a capacidade de coordenação da Presidência.

O personalismo conserva enorme peso na política brasileira, e a trajetória de Lula lhe oferece recursos raros. Sua presença pode projetar o Brasil como contraponto democrático à extrema-direita que pressiona instituições em diferentes países. Internamente, as plataformas favorecem parlamentares que transformam o mandato em vitrine pessoal nas redes sociais. Confrontam-se duas formas de representação: uma organizada por partidos, lideranças e maiorias; outra movida pela exposição individual e pelo antagonismo permanente.

Lula terá de empregar sua autoridade na coordenação desse ambiente fragmentado, mediar um Senado inclinado ao confronto com o Supremo e conduzir reformas que protejam a Corte sem torná-la imune à responsabilidade. Fará isso sob forte restrição fiscal, num orçamento disputado por emendas, políticas sociais, investimentos e pessoal.

Um quarto mandato contém grandeza histórica suficiente para alimentar celebrações. O cenário recomenda sobriedade. Lula venceu a Presidência, mas seus adversários conservaram instrumentos poderosos no parlamento e nas redes. Quase metade do país espera um futuro muito diferente daquele que seu governo pretende construir. As urnas renovaram seu mandato, mas também exprimiram uma demanda inequívoca por mudança. O sentido histórico da vitória residirá na capacidade de dirigir essa mudança, cujos rumos permanecem em disputa. Sua tarefa mais difícil será governar uma sociedade dividida entre concepções políticas que mal reconhecem legitimidade umas nas outras.